



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

### ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 13 e 14 DE MAIO DE 2021.

1 Nos dias treze e quatorze de maio de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi  
2 realizada a 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH.  
3 Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Dia: 13/05: Ailton Benedito de  
4 Souza (MPF); Antônio Fernandes de Jesus Vieira (APIB); Darci Frigo (DHESCA BRASIL);  
5 Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM); Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Getúlio Vargas de  
6 Moura Júnior (CONAM); Herbert Borges Paes de Barros (SNPG/MMFDH); Leandro Gaspar  
7 Scalabrin (ANAB); Joselito de Araújo Sousa (PF); Marcelo Chalreo (OAB); Mônica de Alkmim  
8 Moreira Nunes (MNDH Brasil); Paulo Tavares Mariante (ABGLT); Ricardo Edgard Rolf Lima  
9 Bernhard (MRE); Rogério Giannini (CFP); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Deputado  
10 Stefano Aguiar (Maioria - Câmara dos Deputados); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Vivian Oliveira  
11 Mendes (UNISOL BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU). Dia 14/05: Ailton Benedito de  
12 Souza (MPF); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Eneida  
13 Canêdo Guimarães dos Santos (UBM); Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Getúlio Vargas de Moura  
14 Júnior (CONAM); Herbert Borges Paes de Barros (SNPG/MMFDH); Lucileine da Silva Souza  
15 (ENEGRECER); Joselito de Araújo Sousa (PF); Marcelo Chalreo (OAB); Dra. Márcia Regina  
16 Ribeiro Teixeira (CNPNG); Mairla da Silva Feitosa (MNPR); Mônica de Alkmim Moreira Nunes  
17 (MNDH Brasil); Paulo Tavares Mariante (ABGLT); Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard (MRE);  
18 Rogério Giannini (CFP); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL  
19 BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU).

21 **9h30 – Abertura do 1º dia da 19ª Reunião Extraordinária – Presidente Yuri Costa.** O  
22 Presidente Yuri Michael Pereira Costa iniciou a reunião cumprimentando a todos e realizou uma  
23 referência especial às vítimas do massacre em Jacarezinho/RJ e aos 25 anos da Coordenação  
24 Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ). Registrou a presença e deu as boas-vindas ao  
25 novo Conselheiro Deputado Stefano Aguiar e sua assessoria que está acompanhando a reunião.  
26 Passando aos **Informes e Orientações Gerais – Presidente Yuri Costa:** Dando sequência,  
27 informou que os temas estratégicos para o biênio já foram divulgados, os quais foram  
28 disponibilizados na forma de *cards* e de mensagens pela equipe de comunicação social. Destacou a  
29 elaboração da Campanha de Participação Social pela Comissão Especial sobre Participação Social,  
30 parabenizando os envolvidos em sua elaboração. Informou que iniciaram uma aproximação com a  
31 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na construção interinstitucional de  
32 observatório acadêmico e docente através do trabalho da Comissão do Direito à Comunicação e  
33 Liberdade de Expressão, que visa compilar, divulgar e monitorar casos de censura e de perseguição  
34 a pesquisadores e acadêmicos brasileiros. Destacou também a realização de reunião com o  
35 Deputado Carlos Veras, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara dos  
36 Deputados, no dia 11/05, em que foi discutida a participação do CNDH no Observatório  
37 Parlamentar para Revisão Periódica Universal. Postulou que foi realizado um momento para  
38 discussão sobre o andamento da estratégia de consolidação do CNDH como Instituto Nacional de  
39 Direitos Humanos (INDH) Brasileiro no dia 06/05. Explanou que o próximo informe estaria  
40 relacionado ao tempo de duração das reuniões, porém, o Vice-Presidente Darci Frigo solicitou  
41 questão de ordem para tratar desse assunto como item de pauta. Seguindo à **Aprovação das Atas**  
42 **da 16ª e 17ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Presidente**  
43 **Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa assinalou que as Atas foram previamente  
44 disponibilizadas aos conselheiros com antecedência para leitura, consultando-os se haveria algum  
45 destaque ou observação. Não havendo, colocou em processo de votação as Atas em bloco, as quais  
46 foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Prosseguindo ao **Debate sobre o Uso e**  
47 **Necessidade de Expansão do Tempo dessa Reunião para Debate de Temas Relevantes:** O  
48 Presidente Yuri Michael Pereira Costa arrazoou que a viabilidade do uso do tempo para as reuniões  
49 foi abordada na última reunião devido à percepção da falta de tempo hábil para as discussões.  
50 Salientou que esse tema foi pautado na reunião da Mesa Diretora, que indicou algumas  
51 possibilidades, exemplificando. Discorreu que há o entendimento de que qualquer alternativa trará

52 impactos, sendo que a Mesa Diretora deliberou por fazer uma observação cautelosa desse momento.  
53 Explicou sobre a organização da pauta, passando a palavra ao Vice-Presidente. O Vice-Presidente  
54 Darci Frigo relatou que a sociedade civil possui o entendimento de que a pauta está extensa e não  
55 permite a abertura para o aprofundamento de determinados temas importantes. Explanou que a  
56 proposta é incluir o período da tarde do primeiro dia de reunião para debate e aprofundamento de  
57 temas importantes na próxima reunião. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Joselito de  
58 Araújo Sousa solicitou esclarecimentos sobre a proposta, sendo que esclarecido que seria reservado  
59 um tempo para debate de temas específicos. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros  
60 manifestou concordância com a proposta, todavia, registrou que teria dificuldades para se reunir as  
61 quintas-feiras à tarde até o mês de julho. O Conselheiro Marcelo Chalreo compreendeu que há duas  
62 situações diferentes, a primeira para discussão ampliada sobre a construção da pauta e a segunda  
63 para debate sobre o espaço para trabalhar as temáticas. Informou que a cada 15 dias terá problema  
64 para participar do período da tarde às quintas-feiras por haver sessão plenária da OAB. Registrada a  
65 presença do Conselheiro Deputado Stefano Aguiar na reunião, o Presidente Yuri Michael Pereira  
66 Costa deu novamente as boas-vindas, passando a palavra. O Conselheiro Deputado Stefano Aguiar  
67 saudou todos conselheiros e alegou que está honrado em participar desse Conselho, agradecendo a  
68 receptividade. Retomando o debate, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa concordou que  
69 existem itens distintos para discussão, afirmando que está à disposição para a inserção de temas e a  
70 redefinição do sentido da pauta. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin manifestou o seu apoio à  
71 proposta apresentada pela sociedade civil, explanando que a proposta é incluir um turno na agenda  
72 existente com os ajustes necessários. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota destacou os  
73 retrocessos existentes no âmbito dos direitos humanos, observando que é natural que as demandas  
74 sejam encaminhadas ao Conselho. Intuiu que apenas a ampliação do tempo possibilitará as  
75 respostas necessárias, concordando com a proposta apresentada. O Presidente Yuri Michael Pereira  
76 Costa inferiu que há consenso em relação à ampliação do tempo para o debate estratégico de temas  
77 específicos. Sugeriu que a Mesa Diretora aponte o formato definitivo, considerando as ponderações  
78 apresentadas pelos conselheiros e indique os temas a serem enfrentados, as quais poderão ser  
79 alterados através de consulta aos conselheiros. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante questionou  
80 sobre a possibilidade de realizar a consulta ao próprio pleno no segundo dia de reunião. Externadas  
81 todas as opiniões e manifestações, foi aprovada por unanimidade que a Secretaria Executiva  
82 realizará consulta por *e-mail*, com prazo até às 15h deste dia, sobre a disponibilidades dos

83 conselheiros, para que seja apresentada a consolidação de quais dias e horários atendem a maior  
84 parte dos conselheiros no segundo dia de reunião. Passando à **Discussão sobre a Chacina da**  
85 **Favela do Jacarezinho/Rio de Janeiro:** O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota salientou que  
86 não é necessário utilizar adjetivos com a tragédia de maior letalidade policial dos últimos tempos,  
87 afirmando que a Favela do Jacarezinho foi escolhida por ser o único local que a milícia não possui  
88 comando. Informou que a Deputada Renata Souza enviou um ofício ao CNDH, solicitando a  
89 realização de uma missão ao Rio de Janeiro com o foco de ouvir os defensores dos direitos  
90 humanos e as vítimas e seus familiares. Observou que letalidade policial está sendo naturalizada e é  
91 necessário que o CNDH faça resistência junto às entidades. Lembrou que o grupo da ADPF nº 635  
92 recomendou que o Conselho oficiasse o Ministro Edson Fachin para realizar uma audiência, uma  
93 vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) é a última opção de resistência. A Conselheira Mônica  
94 de Alkmim Moreira Nunes informou que o Rio de Janeiro está mobilizando-se com relação a esse  
95 massacre, como também outros estados, relatando sobre a existência de notícia crime contra o  
96 governador no Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre o pedido de *impeachment* na Assembleia  
97 Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e sobre a realização de *live* com mais de 15 mil  
98 visualizações. Registrou que está lidando diretamente com os conselhos, grupos e lideranças da  
99 Favela de Jacarezinho e das demais favelas, sendo que se colocou à disposição para participar da  
100 missão. Esclareceu que não estão utilizando o termo “operação policial” por ter sido uma operação  
101 de execução, informando, inclusive, a existência de questionamentos de associações da própria  
102 polícia. Salientou a necessidade de observar o fluxo decisório que define as pessoas que devem ser  
103 mortas, para além dessa chacina. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel resgatou a Chacina do  
104 Fallet-Fogueteiro no Rio de Janeiro que deixou 15 mortos e ponderou que não há política de  
105 segurança pública no estado e município do Rio de Janeiro, mas sim uma política de insegurança e  
106 da morte. Colocou-se também à disposição para integrar a missão, afirmando que é necessário lutar  
107 para impedir esses massacres cotidianos. O Vice-Presidente Darci Frigo concordou com a gravidade  
108 da situação, com a necessidade do CNDH fazer-se presente através de uma missão e com a proposta  
109 de solicitar uma audiência com o Ministro Edson Fachin e agregou a sugestão de realizar um debate  
110 sobre a segurança pública no país. O Conselheiro Marcelo Chalreo lembrou que a Comissão  
111 Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) constatou, em 2018, todas as narrativas colocadas  
112 pelos demais conselheiros, sendo que produziu um relatório recentemente com a participação do  
113 CNDH com recomendações expressas e explícitas com relação à segurança pública, as quais foram

114 ignoradas. Elencou outros casos de massacres, afirmando que está em curso uma maximização de  
115 morticínio de pessoas que podem ser mortas conforme a decisão da polícia. Comentou que não é  
116 contrário a missão, entretanto, entendeu que o CNDH precisa ter um posicionamento mais duro,  
117 sugerindo a realização de audiência com o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Janeiro,  
118 com o Ministro Edson Fachin e com o Presidente da ALERJ. Compreendeu que devem comunicar a  
119 CIDH que o estado do Rio de Janeiro não está atento ao rol de recomendações da visita ao Brasil. A  
120 Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade manifestou a sua concordância com a proposta de  
121 realização de missão, especialmente, para que as vítimas tenham conhecimento da existência de um  
122 Conselho atuante. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante destacou a importância da missão e  
123 informou que nesse dia, em Campinas/SP, será atendida a convocação da Coalização Negras por  
124 Direitos para manifestações para exigir justiça às vítimas desse massacre. Explanou que a violência  
125 e letalidade da polícia é uma realidade de todo o país e reforçou a necessidade de enfrentar a  
126 violência policial. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa solicitou que as entidades que possuem  
127 interesse em participar da missão confirmem pelo *chat* da reunião para melhor controle da  
128 Secretaria Executiva do CNDH, passando ao próximo inscrito. A Conselheira Eneida Canêdo  
129 Guimarães dos Santos afirmou que ficou estarrecida com o massacre em Jacarezinho e propôs a  
130 elaboração de uma nota de solidariedade aos familiares dessas vítimas. Observou que naquele  
131 momento teve o objetivo de desviar o foco na CPI e provocar o STF e concordou com a realização  
132 de audiência com as demais indicações colocadas e de missão ao Rio de Janeiro. A Conselheira  
133 Vivian Oliveira Mendes alegou que foi contemplada nas explicações anteriores e pontuou que a  
134 UNISOL BRASIL também fará parte das ações que estão sendo construídas em relação ao massacre  
135 do Jacarezinho e de todas as violências promovidas diariamente nas periferias do país. Lembrou  
136 que, nesta semana, os crimes de maio de 2006, em São Paulo, completarão 15 anos. Relatou como é  
137 simbólico essa chacina e reforçou que a realização da missão mostrará a solidariedade, sugerindo  
138 trabalhar a defesa dos defensores dos direitos humanos. Destacou que é importante que a Comissão  
139 de Obrigações Internacionais do CNDH avalie esse processo e soma-se as ações. O Conselheiro  
140 Ailton Benedito de Souza considerou que seria leviano fazer qualquer afirmação sobre os  
141 acontecimentos na Favela do Jacarezinho sem a posse de informações objetivas, destacando que é  
142 imprescindível o encaminhamento desse Conselho com todas as providências já mencionadas,  
143 inclusive, o contato direto do com o Procurador-Geral de Justiça do Estado. Afirmou que a  
144 insegurança pública é a maior fragilidade aos direitos humanos no país. Não havendo mais

145 inscrições, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação a elaboração  
146 de provocação ao Ministro Edson Fachin, solicitando manifestação sobre tema e buscando a  
147 realização de audiência pública de entidades da ADPF nº 635 e os membros da Comissão de  
148 Direitos Humanos e de Segurança Pública, a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Em  
149 seguida, colocou em processo de votação a organização de missão ao estado do Rio de Janeiro,  
150 destacando a necessidade de realizar uma reunião específica com o Procurador-Geral de Justiça do  
151 Estado do Rio de Janeiro, com o Presidente da ALERJ e demais autoridades envolvidas. Aprovada  
152 pela unanimidade dos presentes. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante informou que a ABGLT  
153 encaminhará à Comissão de Segurança Pública a discussão sobre a Política de Segurança Pública,  
154 sobre a letalidade policial e sobre a Política de Drogas. Feitos todos os esclarecimentos, o  
155 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação a elaboração de  
156 manifestação à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos com os resultados da missão  
157 realizada em 2019 por meio da Comissão de Monitoramento e Cumprimento das Obrigações  
158 Internacionais, a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Em seguida, colocou em  
159 processo de votação a elaboração de nota de solidariedade aos familiares das vítimas do massacre, a  
160 qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A nota será elaborada em conjunto pela  
161 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos e pelo Conselheiro Paulo Tavares Mariante. O  
162 Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior registrou que estava com problema no *chat*,  
163 colocando-se à disposição para participar da missão. O Vice-Presidente Darci Frigo sugeriu que o  
164 coordenador da missão apresente os integrantes à Mesa Diretora e o Conselheiro Herbert Borges  
165 Paes de Barros destacou a importância de ato formal do CNDH, consolidando a missão e  
166 designando o seu objeto, mandato e duração dos trabalhos. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
167 sugeriu a realização de uma pequena pausa e a realização de eventuais inversões de pauta,  
168 respeitando a existência de convidados. Não havendo nenhum convidado no momento, realizou um  
169 pequeno intervalo. Passando ao **Referendo de Notas Públicas do CNDH: (i) sobre o**  
170 **cancelamento do Censo Demográfico de 2021 e seus impactos em políticas públicas de**  
171 **proteção social - Processo SEI 00135.208560/2021-18; ii) sobre a operação policial realizada**  
172 **na comunidade de Jacarezinho, Rio de Janeiro/RJ, sua letalidade e sinais de grave violação a**  
173 **direitos humanos - Processo SEI 00135.209634/2021-33: O Presidente Yuri Michael Pereira**  
174 **Costa colocou em processo de votação a Nota Pública sobre cancelamento do Censo Demográfico**  
175 **de 2021 e seus impactos em políticas públicas de proteção social, a qual foi aprovada por maioria,**

176 com a seguinte declaração de votos favoráveis: MPF, PF, Maioria da Câmara, DPU, OAB, CNPG,  
177 UNISOL, MNDH, CONAQ, APIB, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP. Abstencões:  
178 MMFDH e MRE. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior registrou que a Comissão de  
179 Direitos à Cidade realizou debate sobre um documento com teor parecido, mas não foi enviado à  
180 pauta devido à informação de que essa nota seria apreciada. Em seguida, o Presidente Yuri Michael  
181 Pereira Costa colocou em processo de votação a Nota Pública sobre a operação policial realizada na  
182 comunidade de Jacarezinho, Rio de Janeiro/RJ, sua letalidade e sinais de grave violação a direitos  
183 humanos, a qual foi aprovada por maioria, com a seguinte declaração de votos favoráveis: PF,  
184 Maioria da Câmara, DPU, OAB, CNPG, UNISOL, MNDH, CONAQ, APIB, UBM, CUT, ANAB,  
185 DHESCA BRASIL, CFP. Abstencões: MMFDH, MRE, MPF. Prosseguindo ao **Referendo da**  
186 **indicação de representantes do CNDH, Everaldo Patriota (titular) e Marcelo Chalreo**  
187 **(suplente), para compor a Comissão Eleitoral do 4º Processo de Chamamento Público de**  
188 **eleição da Sociedade Civil do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT,**  
189 **biênio 2021-2022, para conhecimento e análise deste colegiado, no âmbito do Conselho**  
190 **Nacional dos Direitos Humanos – CNDH - Processo SEI 00135.208205/2021-49 – Presidente**  
191 **Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação as  
192 indicações apresentadas, sendo aprovadas pela unanimidade, estando presentes: OAB, CNPG,  
193 UNISOL, MNDH, CONAQ, APIB, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, MMFDH,  
194 MPF, MRE, DPU, PF. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros questionou sobre a aprovação  
195 das atas e o Presidente Yuri Michael Pereira Costa esclareceu que as atas foram aprovadas no início  
196 da reunião. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros observou que existem algumas  
197 informações conflitantes na Ata da 16ª Reunião Extraordinária, ponderando que gostaria de  
198 encaminhar as suas sugestões à Secretaria Executiva. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
199 solicitou que as alterações sejam apresentadas à Mesa Diretora para que recorra aos registros dessa  
200 reunião para confirmação das informações. Seguindo ao **Referendo da Recomendação nº 11, de**  
201 **13 de maio de 2021, que recomenda a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.764/2002, que**  
202 **acrescenta, na Parte Especial do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código**  
203 **Penal, o Título XII, relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direitos, e revoga a**  
204 **Lei nº 7.170, de 14 de setembro de 1983 – Lei de Segurança Nacional** Processo SEI  
205 **00135.209303/2021-01 – Presidente Yuri Costa:** Apresentada a recomendação, o Conselheiro  
206 Marcelo Chalreo registrou que Projeto de Lei nº 6.764/2002 já foi votado pela Câmara dos

207 Deputados, inclusive, com os destaques apresentados, sugerindo, talvez, acrescentar o Senado  
208 Federal caso a recomendação possa ser modificada. Sendo esclarecido que as recomendações *ad*  
209 *referendum* não podem ser modificadas, compreendeu que seria necessário pensar em uma  
210 iniciativa semelhante dirigida ao Presidente do Senado Federal. O Conselheiro Darci Frigo  
211 confirmou que deverá ser elaborada nova recomendação nesse caso e o Presidente Yuri Michael  
212 Pereira Costa compreendeu que podem construir essa nova recomendação a partir da propositura de  
213 novos fatos, sugerindo direcionar a sua construção a uma comissão para posterior análise da Mesa  
214 Diretora. Aprovada a elaboração conjunta de nova recomendação pela Mesa Diretora, Comissão de  
215 Liberdade de Expressão e Comissão de Segurança Pública a ser encaminhada ao Senado Federal, o  
216 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação o referendo da  
217 Recomendação nº 11, de 13 de maio de 2021, sendo aprovado por maioria, com o registro dos  
218 seguintes votos favoráveis: OAB, MPF, CNPG, UNISOL, PF, MNDH, CONAQ, APIB, UBM,  
219 CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, DPU. Abstenções: MMFDH, MRE. Passando à  
220 **Apreciação da Recomendação aos/às Ministro/as da Mulher, Família e Direitos Humanos,**  
221 **Saúde e Justiça e da Segurança Pública, relativa à necessidade de se preservar o direito à**  
222 **informação e a isonomia de pessoas não nacionais e de assegurar melhores condições**  
223 **sanitárias independentemente de sua condição migratória, entre outras medidas, elaborada a**  
224 **partir da Missão Emergencial do CNDH para acompanhar possíveis violações de direitos**  
225 **humanos de pessoas migrantes na fronteira entre Brasil (Assis Brasil/AC) e Peru, realizada**  
226 **entre 4 e 8 mar. 2021 – consultora *ad hoc* Camila Asano:** Feita a leitura apenas das  
227 recomendações, a Conselheira Virgínia Dirami Berriel apresentou um breve resgate dos trabalhos  
228 realizados que ensejaram na elaboração dessa recomendação, ponderando que a situação de  
229 fechamento da ponte que liga o Brasil ao Peru poderá ocorrer novamente. O Conselheiro Herbert  
230 Borges Paes de Barros realizou uma pequena correção redacional e compreendeu que seria mais  
231 adequado que a terceira recomendação ao MMFDH fosse direcionada também ou exclusivamente  
232 ao Ministério das Relações Exteriores, uma vez que é sua a responsabilidade de liderança nas  
233 cooperações entre o Brasil e outros países. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu que a  
234 terceira recomendação fosse compartilhada entre os dois ministérios, o que foi acatado pelo  
235 Conselheiro Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard. O Conselheiro Ailton Benedito de Souza propôs  
236 que a quinta e sexta recomendações fossem transformadas em um tópico específico dirigido ao  
237 Governador do Estado do Acre e ao Prefeito de Assis Brasil, o que foi acatado. Feitos todos os



238 esclarecimentos necessários sobre a Portaria MJSP nº 86, de 19 de fevereiro de 2021, registrou que  
239 a exclusão da possibilidade de utilização da Força Nacional pode ocasionar situações de dificuldade  
240 de receber uma atuação subsidiária mesmo havendo demanda. O Conselheiro Everaldo Bezerra  
241 Patriota observou que a recomendação de revogação dessa portaria estaria sem objeto, tendo em  
242 vista que o seu prazo de vigência era de 60 dias e já foi exaurido. O Presidente Yuri Michael Pereira  
243 Costa observou que a recomendação trata também de que o MJSP deve abster-se de editar atos com  
244 a mesma natureza que, em sua avaliação, tem relação direta com a contrariedade ao texto colocado  
245 pelo Conselheiro Ailton Benedito de Souza. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros  
246 concordou com a necessidade de exclusão da primeira parte da quinta recomendação e  
247 compreendeu que a forma ampla e genérica da parte subsequente não é adequada. O Conselheiro  
248 Joselito de Araújo Sousa comentou que a Polícia Federal tem reserva quanto ao conteúdo normativo  
249 do item mencionando mesmo com a retirada da referência da portaria. Não havendo nenhum  
250 posicionamento contrário às alterações realizadas nas Recomendações nº 3 e nº 6, o Presidente Yuri  
251 Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma manifestação contrária em relação à nova  
252 redação da quinta recomendação: “ *Que se abstenha de publicar atos invocando a atuação da*  
253 *Força Nacional de Segurança Pública ou de quaisquer outros órgãos de segurança para impedir a*  
254 *saída de migrantes do território*”, sendo registrados os votos contrários: MMFDH, MRE, PF e  
255 MPF e a abstenção do CNPG. Em seguida, colocou em processo de votação a recomendação com  
256 as alterações realizadas, destacando as manifestações contrárias e a abstenção à redação da quinta  
257 recomendação. Aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL, MNDH,  
258 CONAQ, APIB, UBM, CUT, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, DPU, MMFDH, MRE, PF, MPF,  
259 CNPG. O Conselheiro Joselito de Araújo Sousa registrou o empenho da Polícia Federal para  
260 concretização do trabalho conjunto que alinhou esforços da sociedade civil e do poder público.  
261 Seguindo à **Apreciação de Resolução que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho de**  
262 **Proteção aos Direitos das Pessoas em Situação de Deslocamentos Forçados, no âmbito do**  
263 **Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH durante a Gestão 2020-2022 – Presidente**  
264 **Yuri Costa e Conselheira Eneida Guimarães:** A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos  
265 Santos informou que foi realizada uma série de contribuições pelo Conselheiro Leandro Gaspar  
266 Scalabrin, inclusive na nomenclatura do Grupo de Trabalho, que foi alterado para Grupo de  
267 Trabalho de Proteção aos Direitos de Pessoas e Populações Deslocadas. Destacou os principais  
268 fatores da mobilidade urbana e espacial das populações e explicou como será a composição desse

269 Grupo de trabalho, discorrendo que ainda está aberto para participação dos conselheiros e ainda  
270 estão convidando outras instituições. Relatou que as suas atividades respondem ao período desta  
271 gestão. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa complementou arrazoando que esse Grupo de  
272 Trabalho possui uma série de considerandos que justificam a relevância do tema. Abrindo para  
273 considerações à proposta de resolução, o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros sugeriu que  
274 os artigos 2º e 3º fossem fundidos em um único artigo designado como competências e questionou  
275 se Conselho Acadêmico Consultivo Honorário da Escola Internacional de Políticas Públicas em  
276 Direitos Humanos do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL seria  
277 uma organização brasileira e caso não seja, não deveria ser componente e sim apenas convidado. O  
278 Vice-Presidente Darci Frigo propôs que a redação sobre o Conselho Acadêmico Consultivo fosse  
279 excluída e que o Grupo de Trabalho elabore uma ata na primeira reunião, elencando quais seriam os  
280 convidados, o que foi acatado. Em seguida, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa, atendendo a  
281 recomendação do Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros, sugeriu que os artigos 2º e 3º fossem  
282 transformados em apenas um artigo, reorganizando seus itens, o que foi acatado. O Conselheiro  
283 Leandro Gaspar Scalabrin salientou que os deslocamentos forçados são violações dos direitos  
284 humanos e o CNDH deve se posicionar para garantir a consulta prévia, formada e vinculante das  
285 populações atingidas. Observou que no campo temático dos deslocamentos existem três  
286 perspectivas possíveis: a migração forçada por causas ambientais e econômicas, os refugiados e a  
287 migração forçada por projetos de investimentos. Agradeceu a Conselheira Eneida Canêdo  
288 Guimarães dos Santos por acatar as suas sugestões. O Conselheiro Marcelo Chalreo manifestou que  
289 o Grupo de Trabalho possui atribuições multifacetadas que envolvem um conjunto de circunstância  
290 e possibilidades por parte do poder público e da iniciativa privada, as quais estão sendo apreciadas  
291 dispersadamente por várias comissões desse Conselho. Compreendeu que o grupo deveria ficar  
292 vinculado a algum organismo do CNDH, inclusive, para a realização das distribuições e mediações  
293 das demandas encaminhadas. O Vice-Presidente Darci Frigo propôs destacar a relação do Grupo de  
294 Trabalho com as diferentes comissões e agradeceu a todos pela construção política, uma vez que  
295 esse grupo trará uma grande contribuição para o CNDH. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
296 sugeriu acatar a proposta do Vice-Presidente, uma vez que a vinculação à Mesa Diretora já está  
297 subtendida. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin explicou que sugeriu a inclusão da  
298 Universidade Federal de Santa Maria apenas se o Grupo de Trabalho abordasse a migração  
299 internacional, sugerindo a sua retirada tendo em vista que não será trabalhada essa questão, o que

300 foi acatado. Incluída a menção a Comissão Permanente de Direitos a Cidade nos considerandos, o  
301 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em regime de votação a proposta de resolução que  
302 dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho de Proteção aos Direitos de Pessoas e Populações  
303 Deslocadas, a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Diante o horário avançado, o  
304 Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu que a reunião fosse suspensa, explicando que a pauta  
305 será organizada. Prosseguindo à **Conclusão do 1º dia da 19ª Reunião Extraordinária do CNDH -**  
306 **Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa agradeceu a participação de  
307 todos, encerrando o 1º dia da 19ª Reunião Extraordinária do CNDH. **9h - Abertura do 2º dia de**  
308 **Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira  
309 Costa iniciou o segundo dia da 19ª Reunião Extraordinária do CNDH, registrando as boas-vindas a  
310 todos os presentes e desejando um bom trabalho. Reforçou a possibilidade de realizar alguma  
311 inversão de pauta em respeito aos convidados previstos, sobretudo se o horário estabelecido for  
312 descumprido e a possibilidade das comissões, subcomissões e grupos de trabalho indicarem a  
313 ausência de interesse em realizar relatos ou pontos de deliberação. Desculpou-se por não ter  
314 registrado a presença das entidades que estão acompanhando a reunião no primeiro dia, destacando  
315 a presença da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP). Passando à **Demanda**  
316 **para estender o horário para as próximas Reuniões Plenárias, com turno para discussão mais**  
317 **aprofundada de temas específicos:** Lembrou que decidiram realizar uma consulta pela Secretaria  
318 Executiva sobre a demanda de extensão do horário das próximas reuniões para discussão  
319 aprofundada de temas específicos, informando que ampla maioria dos conselheiros decidiu pela  
320 realização das reuniões em dois turnos nas quintas-feiras e apenas um turno nas sextas-feiras.  
321 Discorreu que os temas deverão ser indicados sempre com antecedência pela Mesa Diretora, mas  
322 com a possibilidade de incidência nesse espaço de pautas emergenciais. Notificou que a Presidência  
323 do CNDH recebeu uma solicitação de algumas colaboradoras da Secretaria Executiva de que seja  
324 dado um horário de almoço adequado caso as reuniões fossem realizadas em dois turnos de um  
325 mesmo dia, sendo sugerindo um intervalo de duas horas. Propôs que a partir de junho as reuniões  
326 fossem realizadas às quintas-feiras de 9h as 12h e de 14h as 17h e às sextas-feiras de 9h as 13h. O  
327 Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros observou que essa proposta estaria apenas aumentando  
328 duas horas na duração das reuniões, entendendo que poderiam tentar garantir um turno completo de  
329 quatro horas de 8h30 as 12h30 e de 14h30 as 18h30. Diante essa proposta, o Presidente Yuri  
330 Michael Pereira Costa sugeriu que o período da tarde das quintas-feiras fosse realizado das 14h às

331 18h. Não havendo manifestações contrárias, foi aprovado que as reuniões plenárias ocorrerão, em  
332 caráter experimental, a partir de junho às quintas-feiras de 8h30 as 12h30 e de 14h30 as 18h30 e às  
333 sextas-feiras de 9h as 13h. Solicitou que a Secretaria Executiva faça a reelaboração do calendário e  
334 realize as adaptações necessárias para ampliação das reuniões. Seguindo à **Proposta da**  
335 **Presidência de elaboração de recomendação *ad referendum* sobre licenciamento ambiental:**  
336 Com base na preocupação levantada pelo Conselheiro Marcelo Chalreo sobre o projeto de lei de  
337 licenciamento ambiental, propôs que a Presidência do CNDH elabore recomendação *ad referendum*  
338 através da articulação com os conselheiros com atuação no tema e submeta à Mesa Diretora. O  
339 Conselheiro Marcelo Chalreo concordou com a proposta apresentada e sugeriu que fosse realizada  
340 uma breve discussão entre o Presidente do CNDH e o Senador Contarato para que haja uma  
341 perspectiva sobre o trâmite no Senado, o que foi acatado. Não havendo nenhuma manifestação  
342 contrária à proposta apresentada, passou-se ao próximo item. **Corte no orçamento das**  
343 **Universidades Públicas:** A Conselheira Virgínia Dirami Berriel arrazoou que foi elaborada uma  
344 recomendação diante o corte de mais de R\$ 1.000.000.000,00 de recursos das universidades  
345 federais, destacando que apenas no estado do Rio de Janeiro 12 hospitais universitários foram  
346 atingidos. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou a ausência justificada do Conselheiro  
347 Leandro Gaspar Scalabrin e informou que o Conselheiro Joselito de Araújo Sousa apenas  
348 participará da reunião a partir das 10h. Apresentada a proposta de recomendação, realizou-se a  
349 substituição do termo “Teto de Gastos Sociais” por “Teto dos Gastos Públicos” para adequação à  
350 EC nº 95/2016. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu que a recomendação fosse  
351 direcionada a autoridades específicas e a Conselheira Virgínia Dirami Berriel compreendeu que  
352 seria interessante que fosse encaminhada ao Ministério da Economia, além do Governo Federal e do  
353 Congresso Nacional. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa inferiu que o direcionamento da  
354 recomendação deixaria mais claro o ato recomendado, sugerindo encaminhá-la ao Presidente da  
355 República, ao Ministro da Educação, ao Ministro da Economia e aos presidentes da Câmara dos  
356 Deputados e do Senado Federal, o que foi acatado. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior  
357 salientou que o conjunto das políticas sociais quase foram invisibilizadas no orçamento com a EC  
358 nº 95/2016, entendendo que, talvez, fosse interessante ampliar a recomendação para além das áreas  
359 de saúde e educação. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu mencionar as políticas com  
360 impacto sociais dando destaque as políticas de saúde e educação, o que foi acatado. O Conselheiro  
361 Marcelo Chalreo propôs oficial o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a realização dessas

362 recomendações às autoridades, uma vez que tem feito inspeções, inclusive, extraordinárias a  
363 respeito dos itens relacionados para verificar a necessidade de aporte de recursos complementares, o  
364 que foi aprovado. Não havendo mais considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
365 colocou em processo de votação a proposta de recomendação, a qual foi aprovada pela maioria dos  
366 presentes, com os registros das seguintes abstenções: MMFDH, MPF, MRE. Passando ao **Relato da**  
367 **4ª Reunião do Grupo de Trabalho constituído a partir de medida cautelar deferida pelo STF**  
368 **na ADPF n.º 742, que tem por finalidade debater, aprovar e monitorar a execução de Plano**  
369 **Nacional de Combate aos Efeitos da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas -**  
370 **Processo SEI nº 90790.001104/2020-27 – Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-Presidente Darci  
371 Frigo informou que foi realizada uma reunião do Grupo de Trabalho nessa semana, discorrendo que  
372 estão aguardando a manifestação do Ministro Edson Fachin sobre a aceitação ou não do Plano  
373 Nacional de Combate aos Efeitos da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas.  
374 Destacou que houve uma contestação muito forte por parte da CONAQ diante a subnotificação  
375 populacional, o que traz prejuízos a qualquer plano de enfrentamento. Explanou que não  
376 conseguiram concluir todos os pontos de pauta, os quais serão retomados na próxima quarta-feira  
377 no período da tarde. Prosseguindo ao **Relato da 23ª Reunião da Comissão Permanente dos**  
378 **Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade – Conselheira Vivian Mendes:** O  
379 Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou a ausência da Conselheira Vivian Oliveira Mendes,  
380 relatando que a conselheira já havia lhe informado que não haveria a necessidade de relato.  
381 Passando ao **Relato da 2ª Reunião da Comissão de Litigância Estratégica – Conselheiro**  
382 **Everaldo Patriota:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu que os pareceres que estão  
383 expressamente pautados fossem enfrentados primeiramente e posteriormente os demais itens  
384 destacados no início da reunião. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota ponderou que não  
385 realizará o relato da reunião da Comissão, tendo em vista o grande número de deliberações.  
386 Apresentado o parecer de admissibilidade de pedido de ingresso, como *amicus curiae*, relativo à  
387 ADPF nº 831, ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que versa sobre o afastamento do  
388 limite de gastos para as políticas de combate à fome no Brasil, o Presidente Yuri Michael Pereira  
389 Costa questionou sobre a possibilidade de realizar a aprovação dos pareceres por aclamação e não  
390 havendo nenhum posicionamento contrário, colocou em processo de votação o parecer de  
391 admissibilidade de pedido de ingresso, como *amicus curiae*, relativo à ADPF nº 831, o qual foi  
392 aprovado pela maioria dos presentes, registradas as abstenções: MMFDH e MRE. Em seguida, o

393 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota apresentou o parecer de admissibilidade de pedido de  
394 ingresso, como *amicus curiae*, relativo à ADPF nº 790, ajuizada pela Associação Nacional dos  
395 Atingidos por Barragens (ANAB), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM),  
396 juntamente com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido dos Trabalhadores (PT),  
397 relativa ao acordo firmado entre Vale S.A. e Estado de Minas Gerais para reparação dos danos  
398 ambientais do desastre da barragem de Brumadinho, ocorrido em 2019. Não havendo  
399 manifestações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação o parecer  
400 de admissibilidade de pedido de ingresso, como *amicus curiae*, relativo à ADPF nº 790, o qual foi  
401 aprovado pela maioria dos presentes, registradas as abstenções: MMFDH e MRE. Seguindo, o  
402 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota apresentou o parecer produzido no âmbito da Comissão de  
403 Litigância Estratégica e por ela aprovado, relativo ao pedido de ingresso do Conselho Nacional dos  
404 Direitos Humanos como *amicus curiae* na ADPF das Remoções (ADPF nº 828), proposta pelo  
405 Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Supremo Tribunal Federal. Não havendo manifestações,  
406 o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação o parecer produzido no  
407 âmbito da Comissão de Litigância Estratégica e por ela aprovado, relativo ao pedido de ingresso do  
408 Conselho Nacional dos Direitos Humanos como *amicus curiae* na ADPF das Remoções (ADPF nº  
409 828), o qual foi aprovado pela maioria dos presentes, registradas as abstenções: MMFDH e MRE.  
410 Em seguida, o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota apresentou uma breve contextualização sobre  
411 Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta no TJMA e ajuizada pela OAB – Seccional da  
412 OAB/MA. Observou que não possuem capacidade de ingressar em ADIs nos estados, entendendo  
413 que aprovação desse ingresso ocasionará a abertura de precedente. Apresentado o parecer de  
414 inadmissibilidade da Comissão de Litigância sobre ADI no Maranhão - nº: 0800260-  
415 59.2021.8.10.0000, o Conselheiro Marcelo Chalreo lembrou que tiveram dois problemas similares  
416 relacionados às legislações estaduais na gestão anterior, elencando-as. O Conselheiro Herbert  
417 Borges Paes de Barros entendeu que a aprovação do parecer apresentado pela Comissão poderá  
418 criar um precedente indevido para a atuação do CNDH e impor uma limitação sobre a possibilidade  
419 de agir nesse contexto em outros momentos, destacando que é adequado que o CNDH tenha a  
420 possibilidade de pronunciar-se. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota explanou que o parecer é  
421 focado no fortalecimento do sistema nacional e afirmou que não estão sugerindo a não intervenção  
422 por comodidade. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros observou que os argumentos  
423 trazidos pelo conselheiro não constam registrados na peça apresentada. O Presidente Yuri Michael

424 Pereira Costa discorreu que, particularmente, não observa que o parecer cria algum precedente no  
425 sentido de estabelecer critérios e reforçou que o estado do Maranhão possui instituições que  
426 monitoram esse caso e outros de maneira emblemática. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota  
427 destacou que o próprio parecer menciona que o CNDH não deixará de incidir de outras formas,  
428 observando que poderão enviar um ofício ao TJMA. O Conselheiro Marcelo Chalreo concordou  
429 com o envio de ofício ao TJMA para que possam dar uma resposta a associação que demandou essa  
430 intervenção e o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros salientou que seria mais coerente que o  
431 CNDH manifestasse contra, informando que o MMFDH absterá da votação. O Presidente Yuri  
432 Michael Pereira Costa solicitou que fosse elaborado o ofício ao Desembargador Relator da proposta  
433 e, em seguida, colocou em processo de votação o parecer de inadmissibilidade da Comissão de  
434 Litigância sobre ADI no Maranhão nº: 0800260-59.2021.8.10.0000, o qual foi aprovado pela  
435 maioria dos presentes, registradas as abstenções: MMFDH e MRE. Prosseguindo ao **Relato e**  
436 **encaminhamentos da 1ª Reunião da Comissão Permanente sobre Segurança Pública e Direitos**  
437 **Humanos - Conselho Everaldo Patriota:** O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota destacou a  
438 grande participação na reunião e informou que receberam um convite do Ministério Público  
439 Estadual do Rio de Janeiro (MPE/RJ) para participar de uma reunião neste dia, às 14h. O Vice-  
440 Presidente Darci Frigo compreendeu que seria interessante recuperar o questionário elaborado pelo  
441 CNDH sobre o controle externo da atividade policial para apresentar nessa reunião, o que foi  
442 acatado. Diante a manifestação de interesse do Conselho Herbert Borges Paes de Barros em  
443 participar da reunião com o MPE/RJ, o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota solicitou que a  
444 Secretaria Executiva disponibilizasse o *link* no grupo de *WhatsApp* do CNDH para participação dos  
445 conselheiros interessados. Prosseguindo, apresentou a proposta de resolução que dispõe sobre o  
446 descumprimento pelo Estado do Rio de Janeiro da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF  
447 nº 635, que trata da letalidade policial e proíbe operações policiais de rotina. O Presidente Yuri  
448 Michael Pereira Costa ressaltou a relevância dessa resolução e, em seguida, colocou-a em processo  
449 de votação, sendo aprovada por maioria, com os registros dos seguintes votos favoráveis: OAB,  
450 CNPG, PF, MNDH, APIB, UBM, CUT, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ENEGRECER,  
451 ABGLT, DPU. Abstenções: MMFDH, MRE, MPF. O Conselheiro Marcelo Chalreo solicitou que  
452 todas as entidades da sociedade civil que compõem esse Conselho dê ampla publicidade a essa  
453 resolução e o Presidente Yuri Michael Pereira Costa reforçou a solicitação, solicitando também a  
454 contribuição da Comissão para apresentar indicativo à Secretaria Executiva de entidades que devem

455 ser oficialmente provocadas. Realizada inversão de pauta em respeito aos convidados, passou-se aos  
456 **Informes de deliberações da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das**  
457 **Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo**  
458 **- Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Eneida Guimarães e Lucileine da Silva Souza**  
459 **e Conselheiro Paulo Mariante:** O Conselheiro Paulo Tavares Mariante registrou que a Comissão  
460 trouxe essa pauta com a ideia de que o espaço seja privilegiado à Vereadora Ana Lúcia Martins, por  
461 entender que se tratada de um caso emblemático em que o CNDH já vem atuando, mas destacou  
462 que as iniciativas ainda são extremamente insuficientes. A Vereadora do Rio de Janeiro, Ana Lúcia  
463 Martins, agradeceu o convite e relatou sobre as ameaças de morte recebidas. Havendo a interrupção  
464 da explanação da Vereadora Ana Lúcia Martins por motivos técnicos, passou-se aos  
465 **Encaminhamentos da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental -**  
466 **Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini informou que os consultores *ad*  
467 *hoc* Cahuê Alonso Talarico e Francisco Dourado Mapurunga trabalharam na Medida Provisória nº  
468 1.023/2020 e os consultores *ad hoc* Paulo César Carbonari e Rafael Wolski de Oliveira na missão  
469 sobre o surto de Covid-19 nos hospitais psiquiátricos estaduais do estado do Rio Grande do Sul.  
470 Passando a apresentação da recomendação, que recomenda a rejeição do teor da Medida Provisória  
471 nº 1.023/2020 e o cumprimento, em caráter de urgência, das condições previstas na ADPF 662 -  
472 apresentada pelos consultores *ad hoc* Cahuê Alonso Talarico e Francisco Alexandre Dourado  
473 Mapurunga, o Sr. Cahuê Alonso Talarico e o Sr. Francisco Alexandre Dourado Mapurunga  
474 expuseram sobre a contextualização histórica do Benefício de Prestação Continuada (PBC),  
475 destacando que estão recomendando a rejeição do teor da Medida Provisória nº 1.023/2020 para que  
476 os parâmetros de 2020 sejam recompostos. Feitos os agradecimentos aos consultores, o Presidente  
477 Yuri Michael Pereira Costa indagou se haveria considerações em relação à recomendação e não  
478 havendo, colocou-a em processo de votação, a qual foi aprovada por maioria, com os registros dos  
479 seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, PF, MNDH, APIB, UBM, CUT, DHESCA BRASIL,  
480 MNMMR, CFP, ABGLT, DPU, CONAM. Abstenções: MMFDH, MRE, MPF. Prosseguindo a  
481 apresentação do Relatório da Missão sobre Surto de Covid-19 nos Hospitais Psiquiátricos Estaduais  
482 no estado do Rio Grande do Sul - consultores *ad hoc* Paulo César Carbonari e Rafael Wolski de  
483 Oliveira, o Sr. Paulo César Carbonari realizou uma breve exposição sobre o contexto da denúncia  
484 apresentada, constituição e mandato dos consultores *ad hoc*, ações complementares (de outros  
485 órgãos), atuação direta da missão: oitiva e normativas de direitos humanos sobre saúde mental. Em



486 seguida, o Sr. Rafael Wolski de Oliveira apresentou as conclusões e as recomendações inseridas no  
487 relatório. O Conselheiro Rogério Giannini agradeceu o trabalho realizado pelos consultores e  
488 comentou que o relatório apresentado demonstra o desamparo geral referente ao combate à Covid-  
489 19 apesar de estar focado nos Hospitais Psiquiátricos de São Pedro e Colônia Itapuã do estado do  
490 Rio Grande do Sul. Ressaltou o grande esforço da equipe de colaboradores do CNDH,  
491 particularmente, da Sra. Thais Soboslai. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa agradeceu o  
492 trabalho relevante elaborado e o Vice-Presidente Darci Frigo cumprimentou a Comissão pela  
493 missão realizada, questionando se o monitoramento das recomendações será realizado em conjunto  
494 com o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. Sendo esclarecido que será  
495 realizado um monitoramento conjunto, o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros agradeceu  
496 também o trabalho realizado pelos membros da missão e observou que as recomendações poderão  
497 se tornar um documento próprio do CNDH para dar os encaminhamentos formais, o que foi  
498 confirmado pelo Presidente. O Conselheiro Marcelo Chalreo sugeriu incluir a resolução sobre  
499 direitos humanos e empresas no subitem 3.2.1 das recomendações e o Presidente Yuri Michael  
500 Pereira Costa propôs que o relatório fosse aprovado como está e a sugestão apresentada fosse  
501 incluída no documento próprio do CNDH de recomendação, o que foi acatado. Feitos todos os  
502 esclarecimentos necessários, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de  
503 votação o Relatório da Missão sobre Surto de Covid-19 nos Hospitais Psiquiátricos Estaduais no  
504 estado do Rio Grande do Sul, esclarecendo que a sua parte final comporá recomendação específica  
505 do CNDH. Aprovado por unanimidade, com os registros dos seguintes votos favoráveis: MMFDH,  
506 OAB, MRE, CNPG, MPF, MNDH, APIB, UBM, CUT, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP,  
507 ABGLT, CONAM, PF, DPU. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros sugeriu que a  
508 recomendação foi instruída apenas com um considerando que realizasse referência ao relatório, o  
509 que foi aprovado. Diante o horário avançado, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa propôs que  
510 fosse agendada uma nova reunião extraordinária no dia 20/05, das 9h às 11h, para dar continuidade  
511 aos itens de pauta que serão possíveis de apreciação nessa reunião. O Conselheiro Marcelo Chalreo  
512 sugeriu que o horário da reunião fosse de 9h as 12h para que possam conseguir tratar de temas  
513 eventuais. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes justificou que não poderá estar  
514 presente na reunião do dia 20/05 e solicitou que pudesse fazer um breve relato sobre a sua  
515 Comissão. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros mencionou que possui um impedimento  
516 parcial para participar da reunião apenas de 11h as 12h. Aprovada a realização da 20ª Reunião

517 Extraordinária no dia 20 de maio, das 9h às 12h, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa solicitou  
518 que à Secretaria Executiva tomem as providências necessárias para sua realização. Prosseguindo ao  
519 **Relato da 7ª Reunião da Comissão Especial sobre Participação Social:** A Conselheira Mônica  
520 de Alkmim Moreira Nunes informou que houve a participação de nove conselhos nacionais na  
521 reunião da Comissão, em que foi realizada a avaliação da Campanha de Participação Social,  
522 explicando que estão sugerindo que essa campanha seja divulgada ao longo do ano. Arrazouo que  
523 estão amadurecendo a ideia de realizar um encontro entre os conselhos nacionais para discussão  
524 sobre as diversas instâncias de participação e que há a possibilidade de realização de uma  
525 consultoria *ad hoc* sobre os instrumentos de participação social utilizados pela população brasileira.  
526 Passando ao **Relato e encaminhamento da 27ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos**  
527 **da População em Situação de Rua - Conselheira Mairla da Silva Feitosa e Conselheiro**  
528 **Eduardo de Carvalho Mota:** O Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota apresentou o informe  
529 sobre Manifestação da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do  
530 Conselho Nacional dos Direitos Humanos em relação à instituição da Política Nacional Judicial de  
531 Atenção a Pessoas em Situação de Rua, destacando as considerações iniciais, pontos para reflexão e  
532 as considerações finais. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa parabenizou pela elaboração do  
533 documento e não havendo nenhuma manifestação, colocou-o em processo de votação, o qual foi  
534 aprovado por unanimidade, estando presentes: MMFDH, MPF, MRE, PF, DPU, OAB, CNPG,  
535 MNDH, UBM, CUT, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, ABGLT, UNISOL e CONAM. O  
536 Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota registrou a qualidade da manifestação e salientou o esforço  
537 coletivo realizado pelo CNDH. Seguindo ao **Relato da 10ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre**  
538 **o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com**  
539 **Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) - Conselheiro Rogério Giannini:** O  
540 Conselheiro Rogério Giannini discorreu que os trabalhos do Grupo de Trabalho continuam  
541 seguindo, porém, existe um impasse em relação ao Ministério da Saúde referente à ampliação e ao  
542 caráter das equipes da EAP. Informou que a última reunião foi encerrada sem a definição da  
543 próxima, uma vez que será agendada com um conjunto de solicitações de informações ao Ministério  
544 da Saúde. A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira colocou a possibilidade de convidar a  
545 Vereadora Ana Lúcia Martins para a reunião do dia 20/05, tendo em vista que não conseguiu  
546 realizar o seu relato completo. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa acatou a sugestão,  
547 condicionando ao entendimento do CNDH em relação à possibilidade de não participação da

548 vereadora. Questionou se haveria alguma comissão, subcomissão e grupo de trabalho que possui o  
549 entendimento de que não precisa inserir o seu relato na pauta da reunião do dia 20 de maio,  
550 adiantando que a Comissão Especial para Revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional dos  
551 Direitos Humanos não haverá necessidade de relato. Não havendo nenhuma manifestação, o Vice-  
552 Presidente Darci Frigo registrou a necessidade de garantir que todas as comissões, subcomissões e  
553 grupos de trabalho tenham o seu espaço. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa garantiu que a  
554 pauta será seguida na mesma ordem na próxima reunião, iniciando pelo relato da 21ª Reunião da  
555 Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada. **Conclusão e Encerramento**  
556 **do 2º dia da 19ª Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** Não havendo  
557 tempo hábil para discussão dos demais itens de pauta, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
558 registrou o seu agradecimento à participação de todos, finalizando a reunião.